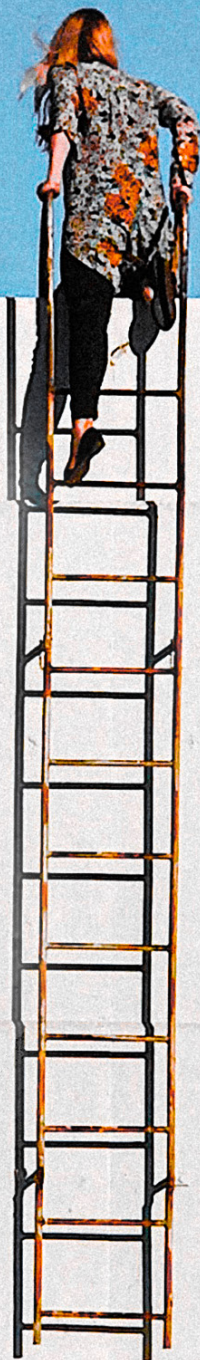


GEOGRAFIA POLÍTICA

Base Conceitual e Diversidade Temática

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira



caliandra

Org:
Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Geografia Política:
Base Conceitual e
Diversidade Temática



BRASÍLIA - 2023

O conjunto que compõe este livro constitui um painel bastante amplo e consistente de questões que ocupam a agenda contemporânea da geografia política. A iniciativa é muito bem-vinda, permite ao leitor criar vínculos e conexões que não foram necessariamente previstos nos textos individualmente, mas que podem ser estabelecidos ao acaso das preocupações que guiam a leitura. Sua vocação é a de transformar-se em uma referência para todos aqueles interessados por essa área de estudo da geografia.

Paulo Cesar da Costa Gomes – Professor Titular do
Departamento de Geografia da UFRJ

Passadas pouco mais de três décadas desde o fim da Guerra Fria e da rigidez bipolar, ainda permanecem muitas incertezas acerca da natureza da assim chamada nova ordem contemporânea. O fato é que, atualmente, ainda não há um paradigma ou concepção teórica que explique, claramente, sua ontologia, diferentemente do que ocorria no âmbito da confrontação Leste-Oeste. Assim, neste complexo cenário em que os destinos de seus atores se entrelaçam num contexto favorável a conexões da mais variada ordem, essa obra organizada pelos professores Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira, aporta relevante contribuição ao campo de estudo ao oferecer interpretações sobre a realidade mundial, reflexo das muitas incertezas que ainda permeiam os debates acerca da natureza de uma arquitetura internacional de poder notadamente assimétrica e desafiadora.

Fábio Albergaria Queiroz – Professor Adjunto
na Escola Superior de Defesa

A transmissão acadêmica de uma disciplina deve fazer-se mediante livros que abordem suas distintas temáticas. Na Geografia Política renovada isto é mais necessário, pois muitas vezes não conhecemos as possibilidades e os limites disciplinares que apresenta na atualidade. Daniel Azevedo e Ricardo Nogueira assumiram o desafio. Ademais, fizeram-no com uma decisão de enorme inteligência. O corpus da Geografia Política é elaborado a partir de autores e universidades do Brasil, e, conta, também, com autores estrangeiros, enriquecendo o resultado de um livro muito atrativo. Um livro concebido desde o Brasil, mas com vocação de tornar-se global.

Rubén C. Lois González
Vice-Presidente da União Geográfica Internacional (UGI)

Organizadores: Daniel A. de Azevedo
Ricardo Nogueira

Título: Geografia Política: Base Conceitual e Diversidade Temática

Volume: 1
Local: Brasília
Editor: Selo Caliandra
Ano: 2023

Equipe Técnica
Parecerista: Jackson Batista Bitencourt
Capa: Luiz H S Cella
Diagramação: Luiz H S Cella

Elaboração e informações
Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Darcy Ribeiro, ICC Norte, Bloco B, Mezanino, CEP: 70.910-900 - Asa Norte, Brasília, DF
Contato: (61) 3107-7371
Site: caliandra.ich.unb.br
E-mail: caliandra@unb.br



Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International
(CC BY-NC-ND 4.0)

A total responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra pertence ao autor.



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. Bruno Leal Pastor de Carvalho (HIS/UnB) Presidente

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Profª Drª Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Profª. Drª. Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Profª Drª Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Profª Drª Joana Maria Pedro (UFSC)

Profª Drª Marine Pereira (UFABC)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)

Membro internacionais:

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha)

Profª Drª Ilía Alvarado-Sizzo (Universidad Autonoma de México)

Profª Drª Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

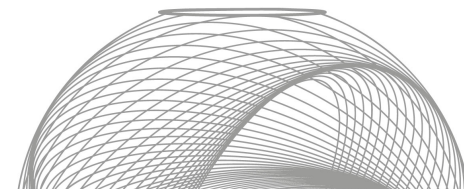
G345 Geografia política [recurso eletrônico] : base conceitual e diversidade temática / org: Daniel A. de Azevedo, Ricardo Nogueira. - Brasília : Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023.
447 p. : il.

Inclui bibliografia.
Modo de acesso: World Wide Web:
<<http://caliandra.ich.unb.br/>>.
ISBN 978-85-93776-04-5.

1. Geografia política. I. Azevedo, Daniel A. de (org.). II. Nogueira, Ricardo (org.).

CDU 911.3:32

GRUPOS DE PESQUISA ENVOLVIDOS NA OBRA



GEPEDEM

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA
EM ESPAÇO E DEMOCRACIA

ÍNDICE

Prefácio.....	12
----------------------	-----------

Aldomar A. Rückert (UFRGS)

Introdução - O Campo da Geografia Política Contemporânea.....	13
--	-----------

Daniel A. de Azevedo (UnB) e Ricardo Nogueira (UFAM)

I. BASE CONCEITUAL

Capítulo 01 - Trazendo o Estado de Volta.....	30
--	-----------

Iná Elias de Castro (UFRJ)

Capítulo 02 - Nação e Nacionalismo: as Faces de um Conceito.....	46
---	-----------

Ricardo José Batista Nogueira (UFAM)

Capítulo 03 - Fronteiras: Rejeição, Apego, Obsessão.....	66
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Tradução de Ricardo Nogueira (UFAM)

Capítulo 04 - Persistência e Mudança das Fronteiras no Mundo Atual: dialogando com Michel Foucher.....	75
---	-----------

Michel Foucher (Institut d'études politiques de Paris)

Comentário de Wanderley Messias da Costa (USP)

Capítulo 05 - Regionalizações do Mundo e Integração Macrorregional: por um Aumento da Generalidade Geográfica	89
--	-----------

Nora Mareï (Université Paris 1) e Yann Richard (Université Paris 1)

Tradução de Camilo Pereira Carneiro (UFG) e Eduarda Pereira Santos (UFG)

Capítulo 06 - A Paisagem na Geografia Política: da Morfologia à Paisagem como Recurso...111	
--	--

Dirceu Cadena (UFC) e Rafael Winter Ribeiro (UFRJ)

II. DIVERSIDADE TEMÁTICA

Capítulo 07 - Do "Sul Global" ao "Meridionalismo": a Conscientização Geopolítica dos "Povos Sem História".....130

André Roberto Martin (USP) e Izan Reis de Araújo (USP)

Capítulo 08 - A Espacialidade da Democracia: Entre Espaços Políticos e a Geografia

Eleitoral.....147

Daniel A. de Azevedo (UnB)

Capítulo 09 - Abordagens da Geopolítica Ambiental na Contemporaneidade: as Escalas das

Ações em um Contexto de Emergência.....174

Luís Paulo Batista da Silva (UFBA)

Capítulo 10 - Políticas Públicas e Geografia: dos Modelos Político-Institucionais para o

Problema da Interação Sociedade-Estado-Espaço.....195

Juliana Nunes Rodrigues (UFF) e Guilherme Félix Machado Filho (PPGG/UFRJ)

Capítulo 11 - Geopolítica e Circulação: Eixos e Articulações Macrorregionais Sul-

Americanos215

Hervé Théry (CNRS/USP) e Thiago Oliveira Neto (UFAM/USP)

Capítulo 12 - Instituição e Justiça Territorial como Possibilidade de Análise na Agenda da

Geografia Política.....230

Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA)

Capítulo 13 - Regionalização como Gestão do Território: pelo Retorno da

Funcionalidade.....254

José Donizete Cazzolato (Centro de Estudos da Metrópole)

Capítulo 14 - Geografia Política e Ensino: Contribuições para a Construção de um

Conhecimento Geográfico Escolar Poderoso.....278

Rejane Rodrigues (PUC-Rio) e Marcelo Alonso Moraes (Colégio Pedro II/Escola Alemã Corcovado)

III. HOT SPOTS

Capítulo 15 - Antártica: a Ciência como Instrumento Geopolítico.....	298
<i>Paulo E.A.S. Câmara (UnB/ESD) e Leonardo F. Mattos (Escola de Guerra Naval)</i>	
Capítulo 16 - Ásia: Geopolítica, Política Externa e a Projeção do Brasil em Direção à Ásia.....	313
<i>Pablo Ibañez (UFRRJ) e Gustavo Westmann (Diplomata brasileiro)</i>	
Capítulo 17 - Europa: Retomando o Controle? A Lição do Brexit para a Geopolítica Clássica.....	335
<i>John Agnew (Universidade da Califórnia em Los Angeles)</i>	
Capítulo 18 - Estados Unidos: a Geografia Política da Urbanização Americana e Por Que Ela é Diferente.....	347
<i>Kevin Cox (The Ohio State University)</i>	
Capítulo 19 - África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central.....	368
<i>Frédéric Monié (UFRJ) e José Guambe (Universidade Pedagógica de Maputo/Moçambique)</i>	
Capítulo 20 - América Latina: Geografia Política das Crises Presidenciais na América Latina: Estabilidade Institucional, Viés Ideológico e Padrões Territoriais.....	396
<i>Christian Fernando Scaramella (Universidad de Buenos Aires/FLACSO)</i>	
Capítulo 21 - As Guianas: Labirintos Geopolíticos das Três Guianas nos Processos de Cooperação e Integração Regional.....	416
<i>Gutemberg de Vilhena Silva (UNIFAP), Stéphane Granger (Liceu Melkior Garré – Guiana Francesa), Bruna Brito Bastos (UNIFAP)</i>	
Sobre os Autores.....	438

PARTE II

DIVERSIDADE

TEMÁTICA

A ESPACIALIDADE DA DEMOCRACIA: ENTRE ESPAÇOS POLÍTICOS E A GEOGRAFIA ELEITORAL

Daniel A. de Azevedo
Universidade de Brasília (UnB)
daniel.azevedo@unb.br

Introdução

No dia 08 de janeiro de 2023, milhares de pessoas foram à Praça dos Três Poderes em Brasília, no Distrito Federal, e protagonizaram um dos episódios mais marcantes desde a redemocratização brasileira após 24 anos de ditadura militar: a invasão das sedes dos três poderes como uma resposta categórica à eleição de Luís Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato como presidente da República. Após conivência de diferentes atores políticos com horas de inércia, 1.406 pessoas foram presas e, três meses depois, 550 delas viraram réus³⁷ e serão julgadas pelo Supremo Tribunal Federal a partir de crimes definidos pelo Código Penal como “abolição violenta do estado democrático de direito” (Artigo 359-L) e “golpe de estado” (Artigo 359-M).

Além da própria denúncia da Procuradoria Geral da União, os principais veículos de comunicação interpretaram o dia de 08 de janeiro como “ataque golpista” (UOL, 7 de fevereiro de 2023), “ataque ao Estado Democrático de Direito” (Brasil de Fato, 24 de janeiro de 2023) e “tentativa de golpe” (O GLOBO, 24 de janeiro de 2023). Muitos lembraram fato similar que ocorrera nos Estados Unidos, após a eleição de Biden em 2021. Naquela ocasião, a invasão do Capitólio, em Washington D.C., foi considerada o “maior atentado à democracia nos EUA” (DW, 7 de janeiro de 2021).

Os dois casos acima são drásticos, mas interessantes exemplos de como a democracia (ou a busca pelo seu desmonte) é um fenômeno também espacial, já que são realizados ataques a espaços dotados de específica carga simbólica como investidas contra todo um sistema político. Argumento, portanto, que além de estratégias conhecidas contra a democracia, como agressões à liberdade de imprensa e ao pluripartidarismo (Dahl, 2009), concordo com o Bobbio (2000, p.40) ao afirmar que

37 No dia 08 de maio de 2023, momento da escrita dessa introdução.

“quando se deseja saber se houve um desenvolvimento da democracia num dado país, o certo é procurar perceber se aumentou não o número dos que têm o direito de participar nas decisões [...], mas os espaços onde podem exercer este direito”.

O objetivo central desse artigo é revelar dois modos pelos quais a Geografia pode contribuir na discussão sobre o sistema democrático: a análise da difusão, qualidade e uso dos espaços políticos e o estudo da espacialidade do voto, campo clássico da Geografia Eleitoral. Isso não significa que a contribuição do olhar geográfico se esgote nesses dois caminhos ou, ainda, que esses temas são necessariamente descolados de outros (por exemplo, o de políticas públicas, também contemplado nessa coletânea), mas que são campos férteis para pesquisas que o geógrafo certamente pode contribuir.

Esse artigo segue linha contemporânea da Geografia Política que busca voltar sua atenção à democracia representativa (O’Loughlin et al., 1998; Barnett; Low, 2004; Lee, 2009; Castro, 2013) que, por muito tempo, foi desconsiderada como importante de ser analisada, já que era vista como uma forma de governo não legítima, que valorizaria a “democracia liberal” e não criticaria o sistema-mundo capitalista (e.g. Flint; Taylor, 1980). Em geral, geógrafos a descartaram em prol de um arranjo visto como “a verdadeira democracia”, em geral, aproximando-se a um certo ideal de democracia direta (e.g. Souza, 2005) ou focando apenas em seus resultados, como na discussão de moradia e ocupações (Lombardi, 2019) ou em algumas correntes do atual conceito de justiça espacial (Barnett, 2022).

Ao contrário de uma corrente minimalista da democracia representativa (e.g. Schumpeter, 1980), que a limita aos processos eleitorais, considero que essa forma de governo pressupõe múltiplas instituições de representação e participação em diferentes escalas, aumentando o vínculo entre Estado e sociedade. Desse modo, o foco está no *processo* pelo qual as decisões políticas são construídas, e não em seus resultados (e.g. Pikkety, 2014), já que muitos governos tirânicos podem gerar políticas públicas consideradas de qualidade. Considerar a democracia representativa como uma forma legítima de governo não é sinônimo, entretanto, de defini-la como perfeita, livre de crítica e aperfeiçoamentos, algo impossível visto sua própria construção social, marcada pelo tempo e espaço.

Nesse sentido, o artigo está dividido em três partes. Na primeira, busco definir, mesmo que sucintamente, a forma de governo democrática, posicionando-a em uma perspectiva geográfica. Em seguida, apresento um modo espacial de mensurar a qualidade da democracia, a partir da difusão e condição dos espaços políticos. Na última, reforço a necessidade de resgatar a Geografia Eleitoral em nossa agenda de pesquisa, cuja marginalização no Brasil é, ainda, evidente.

Democracia: a que me refiro?

A discussão sobre democracia representativa e sua legitimidade atravessa diferentes correntes epistemológicas e ideológicas. Em especial, há aqueles que apontam

como a representação eletiva tal como se apresenta é uma afronta à ideia de democracia (Lênin, 2015 [1901]; Castoriadis, 2004; Souza, 2005; Rancière, 2014), e outros que a defendem como a solução para sociedades de massa organizadas em Estados nacionais e uma forma superior de democracia (Mill, 1947; Hamilton et al., 2003 [1788]; Dahl; Tufte, 1973; Hall, 1992; Castro, 2003; Parkinson, 2012). Não cabe aqui a distinção histórica entre essas visões, já que conduziria o texto a um outro caminho. Porém, é importante apontar que esse suposto paradoxo entre representação/participação e democracia está sendo mais uma vez revisto em discussões recentes com as quais convirjo nesse texto.

Diferentemente dos críticos que veem esse modelo de democracia (Held, 2012) apenas limitada ao processo eleitoral, é possível perceber que desde sua concepção essa forma de governo não esteve restrita ao dia das eleições, apesar da evidente importância dos cargos eletivos para uma democracia de massas. Como Madison e Jefferson defendiam, haveria a necessidade de se pensar na participação local em distritos de pequenas dimensões, em junção à existência da representação em esfera federal.

O mesmo pode ser visto na mais tradicional análise sobre a democracia americana, *A Democracia na América* (Tocqueville, 2010 [1835]). O autor não somente notou a existência de “duas sociedades distintas envolvidas [...] encaixadas uma na outra [...] com dois governos separados [...] um que responde às necessidades cotidianas da sociedade, o outro, excepcional e circunscrito que só se aplica a certos interesses gerais” (op. cit., p.67), como também ressaltou a importância de diferentes tipos de associativismo civil para o funcionamento daquele sistema nascente. Essa ideia é amplamente reforçada séculos depois com a obra de Robert Putnam (1996; 2000; 2003), cujo argumento principal foi demonstrar que o sucesso ou não da democracia representativa estaria na existência de múltiplas formas de participação.

Se a cisão entre representação e participação não é simples de ser feita pensando no passado, atualmente essa discussão caminha mais uma vez para superar a ideia de um suposto contrato que o cidadão faria com seu representante dando-lhe uma carta de confiança por longos quatro anos, compondo uma visão dual de Estado e sociedade. Assim, as eleições para os cargos tradicionais são partes fundamentais da democracia representativa, mas amplia-se, incluindo tanto a participação quanto a representação não eleitoral exercida por atores sociais. Portanto, apesar de sua evidente relevância, a Geografia da democracia representativa não se restringe às análises eleitorais, isto é, não há contradição entre participação e representação para uma democracia profunda (Young, 2006).

Na discussão trazida por Urbinati (2006) e Rosanvallon (2006), a eleição se apresenta como uma das dimensões da representação. Para a primeira autora, é importante ver “a representação como um *processo* político” (Urbinatti, 2010, p.67), o que significa dizer que uma eleição pode ser um ponto de partida, mas a representação se estabelece a partir de uma soberania complexa, de relações múltiplas entre Estado e sociedade civil. Assim, descontentamento e desconfiança, muitas vezes interpretados como sentimentos que refletem uma democracia em crise (veja, por exemplo, Moisés; Meneguello, 2013), são partes inerentes de um sistema que precisa ser visto em processo (Rosanvallon, 2006).

Como aponta Almeida (2014, p. 180), “a legitimidade da democracia representativa depende tanto de eleições regulares e livres, quanto da ativação de uma comunicatividade corrente entre a sociedade civil e política”, o que Rosanvallon denominou como “democracia de interação” (Rosanvallon, 2006). Assim, uma democracia tem maior qualidade quando seu sistema se estrutura e se direciona para intensificar o chamado e a permissão para a participação, seja em formato direto ou representativo legitimamente construído (Azevedo, 2023). Nesse sentido, quanto mais e melhor qualificados forem os elos entre Estado e sociedade, melhor para a democracia, já que, como defende Tilly (2007), este é um regime em que há consultas amplas, igualitárias, protegidas e mutuamente vinculantes.

É nesse sentido que vem caminhando a discussão contemporânea sobre práticas e modalidades emergentes de representação que estão “contribuindo para definir os contornos da pluralização da representação política no país” (Lavalle; Baarone, 2015, p.52). Essas diferentes instituições de participação e representação constroem o sistema político da democracia, com relações entre esses elos que precisam ser investigadas, revelando fraquezas, vícios e virtudes. Como discutido por Almeida (2014), a representação é um processo que se desloca continuamente no tempo e no espaço, em constante construção e, por isso mesmo, é um fenômeno societal e institucional. Nesse sentido, como neoinstitucionalistas defendem há bastante tempo, “as instituições importam” (Skocpol, 1985; Hall, 1992; Brennetot, 2021) e, para a Geografia, importa entender como são condicionadas pelo espaço geográfico (o que Castro (2003) denominou como “constrangimentos espaciais”), ao mesmo tempo em que constroem/reforçam/transformam diferenças espaciais.

Espaços políticos: qualificação da democracia

Em 2016, apontei que o conceito de espaço político não era amplamente debatido pela ciência política nem pela Geografia Política (Azevedo, 2020). Sequer nas palavras-chave de busca de artigos publicados na revista francófona *Espace Politique*, encontramos o conceito de espaço político. Há dez variações para o conceito de espaço, mas espaço político não aparece, mesmo sendo o nome que batiza a revista. Até aquele momento, na revista de língua inglesa *Political Geography* nos últimos vinte anos, o conceito de espaço político tinha aparecido apenas como palavra-chave em seis artigos.

Se o conceito é pouco utilizado entre os geógrafos, o mesmo ocorre entre os cientistas políticos. Ou, quando utilizado, o conceito não se assemelha ao espaço político interessante ao geógrafo. O politólogo D’Alimonte (2010, p.392) define espaço político como sendo “a área de conflito que constitui a base da relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico”, ou, em outras palavras, “o espaço político identifica-se com o espaço da competição eleitoral nos regimes democráticos de massa”. Percebe-se que espaço político se aproxima aqui de uma ideia de esfera pública, desprovida de materialidade. Anthony Dows, “primeiro cientista político que usou de maneira sistemática a noção de Espaço Político” (op. cit, p.392), utilizou, por exemplo, o conceito para se referir ao grau de intervenção do

Estado na economia, no qual a esquerda teria maior propensão a ter políticas econômicas nesse rumo.

Além de tratá-lo em uma perspectiva apenas relacional sem materialidade (Castro, 2013), a ciência política discute o espaço como abstrato e uniforme (Ethington; McDaniel, 2007). Como Ethington e McDaniel (2007) destacaram, apenas um número ínfimo de artigos na *American Political Science Review*, *Political Science Quarterly*, e em outras revistas de ciência política mencionam “geografia” ou “espaço” em seus títulos ou resumos. Nas raras situações nas quais o conceito de espaço político é usado, afasta-se de um viés geográfico e se perde uma possível ponte entre as duas ciências. Assim,

uma das ideias da Geografia Política é que o espaço físico, enquanto categoria de análise, foi negligenciado pela ciência social ocidental. O espaço foi tratado como um plano neutro da existência humana, um recipiente para importantes processos sociais, políticos e naturais. Os geógrafos políticos contestam essa noção, apontando que o espaço físico deve ser produzido, geralmente é controlado por grandes potências e pode formar as bases fortalecedoras da resistência política (Ethington; McDaniel, 2007, p.138).

Por outro lado, na Geografia, espaço político era usado como sinônimo de território nacional, em um claro resquício da escala do Estado-nação como a única importante nos estudos da Geografia Política (e.g. Jones, 1954). Como apontado na introdução dessa coletânea e por diversos outros autores (Castro, 2005; Azevedo, Castro e Ribeiro, 2022), promoveu-se ao longo da segunda metade do século XX uma mudança escalar nas análises dessa subdisciplina, compreendendo o poder político não mais circunscrito ao Estado nacional, mas também nas diferentes escalas políticas.

Nesse sentido, é possível – e desejado – analisar a espacialidade da política em uma microescala, como a localização e a posição geográfica de um prédio público, uma sala de reunião ou avenidas e praças utilizadas para protestos. É dentro dessa mudança escalar da Geografia Política que caminha a discussão contemporânea sobre espaço político. Nesse sentido, o espaço político aqui é definido como o espaço materialmente construído que serve como intermediação e condiciona as relações entre Estado e sociedade. Nele, atos políticos tomam corpo, ganham visibilidade e podem influenciar a agenda política do poder instituído (Azevedo, 2020).

O espaço político aqui apresentado é, ao mesmo tempo, material, imaterial e intencional (Castro, 2013), afastando-o da ideia comumente utilizada pela ciência política. Possui métrica, possível de ser mensurada e qualificada, isto é, apresenta uma *physicallity* (Parkinson, 2012) fundamental para o próprio funcionamento político. Defini-lo desse modo é, por um lado, complexificar a escala de análise para a Geografia Política e, por outro, tornar material o espaço político discutido na ciência política.

Reforçar a materialidade do espaço político é ir de encontro a uma corrente contemporânea que valoriza o ciberespaço como instrumento para o aprofundamento democrático (e.g. Shirky, 2008; 2011; Vidal; Souza, 2022). Apesar de uma evidente importância para ativação de espaços políticos, facilitando, por exemplo, a organização de protestos (Gerbaudo, 2012), defende-se que esses mecanismos virtuais não podem ser considerados espaços políticos *tout court*. É conhecido o debate que revela o acirramento da polarização política promovida pelo crescimento de uso das redes sociais, visto que esses mecanismos criam verdadeiras comunidades de encontro entre iguais, uma certa zona de conforto na qual se pode excluir quem e o que não se deseja ver e ouvir sob o império do anonimato (Empoli, 2020). Além disso, problemas produzidos por esses supostos mecanismos já foram revelados, especialmente relacionados ao aumento do hiato socioeconômico na participação política (*socio-economic status participation gap*) (Dalton, 2017; Azevedo; Van den Brule, 2021).

Nesse sentido, a ideia é perceber o espaço político como um sistema físico e sêmico (Azevedo, 2023), uma forma-conteúdo (Santos, 1997) na qual conceitos espaciais como distância, forma, tamanho, conectividade, densidade, distribuição e, claro, localização, precisam ser vistos em conjunto com a complexidade de relações sociais que ali se estabelecem (relações de poder, de identidade, conflitos...). Em outras palavras, onde ocorre uma manifestação, uma reunião parlamentar ou um encontro nas associações de moradores não é fruto de um acaso; existe uma trama localizacional que ajuda na compreensão desse fenômeno político, inclusive seus vícios e virtudes.

Há diferentes tipos de ação política (Arendt, 2009) em um espaço material que conformam espaços políticos. Por essa razão, o espaço político foi categorizado em três diferentes tipos, segundo características de métrica, valor e substância: espaços políticos abertos, espaços políticos limitados e espaços políticos exclusivos (Castro, 2018; Azevedo, 2021). Como exemplo, é possível citar, respectivamente, as praças e ruas, as associações/conselhos e os Parlamentos, no Brasil, nas quatro escalas políticas (União, estado, município e Distrito Federal). Em conjunto, esses espaços podem funcionar como um importante sistema geográfico da democracia (Azevedo, 2019). Apesar das importâncias particulares de cada tipo de espaço político para a democracia, é evidente a hierarquização existente entre eles em um mundo organizado politicamente em Estado-nação, já que é no espaço político exclusivo onde regras *erga omnes* são produzidas, diferentemente dos outros, seja pelo caráter limitado da pauta de atuação e/ou de público-alvo (espaços políticos limitados), seja pelo seu importante papel de pressão (espaços políticos abertos).

A partir dessa tipificação, artigos, dissertações e teses desenvolvidas passaram a analisar empiricamente a existência e a qualidade de diferentes espaços políticos. Em Azevedo (2019), busquei construir um índice de avaliação sobre os três tipos de espaços políticos na Cidade do México para mensurar geograficamente a democracia na capital mexicana. Uma pontuação de 0-15 com diferentes variáveis foi construída com o objetivo de analisar a qualidade material (como acessibilidade, posição geográfica e aspectos de conforto e segurança), imaterial (aspectos relacionados à legitimidade da participação e representação) e intencional (impacto da agenda política). Duas interessantes conclusões foram derivadas dessa análise: primeiro, a aclamada Lei de Participação Cidadã (*Ley de Participación Ciudadana*)

tinha deficiências notáveis em relação aos espaços políticos limitados que buscava promover. Constrangimentos espaciais foram analisados que dificultavam a participação cidadã e tornavam a prática da representação sem legitimidade democrática. Segundo, a ação política em forma de protestos e manifestações no principal espaço político aberto da capital, o Eixo Paseo de La Reforma-Zócalo, estava há meses sob ataque da mídia e do governo local, cuja atuação chegou a impedir o encerramento de campanha de um candidato da oposição na principal praça da capital.

Na dissertação de mestrado de Machado Filho (2020), buscou-se entender as estratégias utilizadas por grupos sociais em certos espaços públicos dotados de carga simbólica e visibilidade para impor uma agenda ao poder instituído. A análise reforçou o que foi apresentado na seção anterior, isto é, a importância de uma comunicatividade corrente entre a sociedade civil e política para o funcionamento da democracia representativa vista enquanto um processo. Na pesquisa, Machado Filho demonstra a relação entre “praça e palácio” – para usar a metáfora de Bobbio (2000) – quando pautas foram acrescentadas e modificadas ao longo das grandes passeatas de 2013 no Brasil.

Desse modo, manifestações e protestos precisam de espaços que forneçam visibilidade para atrair olhares, cooptar integrantes e influenciar a opinião pública (Singer; Araújo; Belinelli, 2021). Como consequência, é possível afirmar que usos distintos dos espaços geram ações e impactos diferenciados. O que está em jogo, portanto, é a intencionalidade do grupo que estrategicamente o usa e o constrói. O espaço é, portanto, síntese e suporte desses eventos (Machado Filho, 2020).

Em Lee (2009, p.35), a discussão apontou que “o espaço público se torna espaço político quando ele é criado e defendido pela ação política das pessoas”. A partir da praça Tiananmen na China, o autor demonstrou como se constrói as relações entre a materialidade do espaço político e o ambiente político institucional. Lee identificou três fatores gerais que transformaram o “espaço vazio” (*empty space*) em espaço político: (1) a transformação da ordem material espacial que permitiu tipos de ações políticas coletivas; (2) a atuação de diferentes pessoas gerando distintos espaços políticos; (3) as manifestações estudantis de 4 de maio de 1919 tendo sido fundamental para a virada da Praça como espaço político. Percebe-se, portanto, que a materialidade não pode ser entendida como fator determinante na construção de espaços políticos, mas tampouco se constituem sem considerar o seu aporte material.

Interessante notar que após 1949 e a revolução comunista chinesa, o autor revelou que o Partido Comunista teria se apropriado dos movimentos estudantis de 4 de maio, colocando-os como o início da luta pela “verdadeira democracia na China”. Por conseguinte, reformaram e construíram símbolos na praça, tornando-a um lugar sagrado para o governo comunista. Não à toa, esse espaço foi escolhido para cerimônia de abertura do novo Estado chinês e diferentes projetos articulados posteriormente para tornar a praça um emblema comunista nacional. A partir do endurecimento do regime, a Praça passou a ser altamente vigiada e “protegida”.

A prática de ataque à Praça identificada por Lee pelo regime comunista é um exemplo de como controlar, restringir e destruir espaços políticos seriam metodolo-

gias eficazes para o dismantelamento de uma sociedade democrática. Algo similar foi percebido também na Praça Tahrir no Egito: depois de ser instrumentalizada para a denominada Primavera Árabe, o regime militar promoveu um monitoramento rígido para impedir que novos protestos continuassem (Aboelezz, 2014). O documentário premiado *The Square* (2013) narra interessantes momentos que se percebe que a Praça Tahrir não se configura apenas como um palco dos protestos; a praça confere conteúdo à ação ali desenvolvida³⁸.

Portanto, a seleção espacial para a ação política perpassa atributos materiais – como distância, acessibilidade, tamanho e posição geográfica (Azevedo; Liñares, 2020; Machado Filho, 2020) – e características imateriais culturais-históricas – marcos simbólicos que qualificam o espaço e carregam de sentido a ação política (Lee, 2009; Parkinson, 2012). Assim, selecionar um espaço para ocorrência de um ato político é compreendê-lo mais do que um palco, mas como um recurso capaz de amplificar as vozes, já que essa seleção pode transformar a escala de impacto de uma ação política.

Geografia eleitoral: resgatando o campo³⁹

Em pesquisa anterior (Azevedo, 2023), analisei a apropriação de geógrafos brasileiros sobre Geografia eleitoral e conclui que apenas 4% da produção é realizada por esses profissionais, enquanto predomina a atuação de cientistas políticos, administradores e economistas. Além disso, apenas 14% dos artigos foram publicados em periódicos especializados em Geografia. Diferentemente da produção anglófona, é visível como geógrafos não se interessam em Geografia eleitoral no Brasil e, quando o fazem, não a exploram na sua ampla capacidade analítica.

É possível definir a geografia eleitoral como o campo que busca a interação entre processos eleitorais e espaço/lugar, possibilitando entender como a organização do espaço pode influenciar as decisões dos eleitores e de que modo os candidatos manipulam o espaço para induzir resultados das eleições (Barnett; Low, 2004). No entanto, precisamos, antes, posicioná-la no interior da Geografia Política e em seus respectivos desdobramentos históricos.

O trabalho de André Siegfried (2010 [1913]), *Tableau politique de la France de l'Ouest*, é, em geral, considerado como o pioneiro da Geografia eleitoral. Mapeando o voto da França no final do século XIX, ele notou que havia um padrão espacial muito claro entre o norte e o sul do país. A famosa frase do autor repetida por todos os professores de Geografia eleitoral, “o granito vota à direita e o calcário à esquerda”, conduziu, muitas vezes, ao enquadramento do autor como “determinista”. Para o autor, entretanto, o solo granítico condicionava a formação de grandes propriedades, enquanto o calcário fomentava a pequena propriedade e o aumento da urbanização.

38 Outro caso interessante é o documentário *Winter on Fire* (2015) sobre a onda de protestos que ocorreu no inverno do final de 2014 e início de 2014 na Praça da Independência em Kiev, capital da Ucrânia.

39 Seção amplamente retirada de artigo publicado anteriormente na Revista Geosp em 2023.

Segundo Siegfried, sociedades baseadas nesses tipos diferentes de estrutura fundiária votariam de modo oposto. Sendo uma obra quase única naquele momento, a Geografia eleitoral não se tornou um campo proífico na Geografia Política.

Houve um crescimento somente a partir de 1950, apesar de não ser ainda um tema muito valorizado e sem grandes conexões entre ciência política e Geografia Política (Muir, 1975). Já não mais relacionando a atributos físico-ambientais, o foco continuou sendo o método cartográfico, isto é, a produção de mapas dos resultados eleitorais e sua comparação a partir de distintas informações socioeconômicas, como podemos em Prescott (1969). Essa tradição foi amplamente criticada, especialmente por seu suposto empirismo exagerado. Woolstencroft (1980) afirmou, por exemplo, que o método cartográfico tinha um caráter estático e impreciso, além de um baixo potencial explicativo.

É, porém, com a revolução teórico-quantitativa que o tema atinge seu maior prestígio dentro da Geografia Política. Como afirmam Pattie e Johnson (2014, p.408): “como consequência, os métodos quantitativos dominam a análise na Geografia eleitoral”. A corrente denominada como *análise espacial* é aquela predominante na história do campo no século XX e aspectos como distância, forma, direção e posição tornaram a geometria e o movimento a essência da Geografia (Pattison, 2007), fomentando discussões teóricas como o efeito vizinhança, que abordarei mais adiante. É, portanto, no paradigma teórico-quantitativo que a Geografia eleitoral ganhou mais força e segue sendo a base das pesquisas publicadas internacionalmente e, talvez, uma das razões para sua marginalização na Geografia brasileira.

Na década de 1960 e 1970, o grande impacto na agenda da disciplina do teorias sociais críticas, cuja influência é até hoje predominante na América Latina, teve pouca influência nas análises eleitorais (Warf; Leib, 2011). Em geral, era acusada de, ao mesmo tempo, ser positivista, fortalecer o status quo, ter um apego exagerado por dados estatísticos e ser altamente empirista, sem desenvolver teorias sociais de grande apelo (Johnston, 2002).

A obra de Flint e Taylor (1980) pode ser considerada aquela de maior impacto da corrente crítica na Geografia eleitoral, especialmente por trazer a discussão de economia-mundo de I. Wallerstein para a análise do voto. Em um evidente produto do estruturalismo marxista e de uma perspectiva hierárquica de escala (Azevedo, 2020), os autores afirmam que o voto precisaria ser visto dentro de um modelo de democracia liberal e, por essa razão, posicionam a Geografia eleitoral como uma geografia do suporte [*geography of support*], isto é, um ramo que serviria para manutenção do status quo, sem questionar o suposto papel transformador das eleições em um sistema-mundo capitalista. Como consequência, Flint e Taylor defendem que os geógrafos deveriam pensar as eleições dentro da estrutura do sistema-mundo capitalista, revelando que os supostos benefícios da democracia liberal nunca seriam plenamente transferidos para a periferia. Poucos trabalhos em Geografia eleitoral são frutos dessa influência, como o de Duncan (1991) sobre geografia do suporte nas eleições de Fiji e o de Flint (2001) para explicar a ascensão do partido nazista na Alemanha.

Por fim, a renovação pós-estruturalista trouxe poucas, mas boas contribuições oriundas da perspectiva feminista e das discussões identitárias. Interessante notar

o rumo que a Geografia eleitoral tomou com as discussões relacionadas ao poder, à diferença e à contingência: a temática se expandiu, mas a partir da perspectiva já amplamente conhecida (e criticada) da análise espacial. O descarte de metodologias quantitativas é uma marca da virada pós-estruturalista, porém não na Geografia eleitoral (Rasmussen, 2006). Assim, métodos considerados positivistas são utilizados para analisar múltiplas fontes de poder e questões identitárias, típicas de correntes pós-estruturalistas.

Hoje, as potencialidades da Geografia eleitoral aumentaram consideravelmente, devido a três pontos principais: (a) o crescimento da base de dados eleitorais de diferentes países, especialmente no Brasil com a qualidade e difusão dos dados do Tribunal Superior Eleitoral e do Portal da Transparência; (b) avanço nas tecnologias de georreferenciamento, com softwares de graça e de mais fácil manuseio; (c) novas técnicas de metodologia quantitativa, que permite análises mais acuradas sobre a relação espaço e voto, para além do método cartográfico (Carvalho; Santos, 2015). Esse avanço técnico veio acompanhado de um importante aprofundamento teórico, especialmente com influências teóricas da ciência política, o que afastou a Geografia eleitoral de um empirismo simplista. A aproximação da Geografia Política (e eleitoral) com uma base teórica neoinstitucionalista (Brennetot, 2021), além de sua blindagem anormal dentro da ciência geográfica em relação às correntes críticas, tornou atualmente esse campo fértil para estudos eleitorais. Seus avanços contemporâneos serão delineados nas seções seguintes.

Geografia da representação política

Em Azevedo (2023), apresentei que os estudos que lidam com a Geografia da representação política analisam de que modo o voto depositado na urna se transforma em uma cadeira de representante, levando em consideração que os sistemas eleitorais variam muito nas democracias representativas. Isso significa entender as origens, diferenças, virtudes e vícios dos diferentes sistemas eleitorais. No longo do debate político sobre o modelo majoritário e o modelo proporcional (cf. Nicolau, 2004), cabe corroborar a ideia de que esses sistemas são (ou deveriam ser) pensados geograficamente. Por essa razão, há autores que acreditam que esse é o campo mais promissor da Geografia eleitoral (Forest, 2018).

Definir as regras eleitorais pressupõe considerar as diversidades (e desigualdades) existentes dentro do território nacional. Além disso, sempre é importante reafirmar que são regras que podem ser alteradas a qualquer momento, o que nos obriga a avaliar constantemente suas qualidades e problemas. Nos últimos anos, houve tentativas de mudanças no sistema eleitoral brasileiro (Nicolau, 2017), como por exemplo a proposta mais recente no Senado para a criação do voto distrital misto, especialmente interessante para se pensar a relação entre distribuição demográfica e sua representação.

Em geral, pesquisas sobre Geografia da representação política são mais frutíferas em sistemas eleitorais majoritários – não à toa, é o tema mais discutido dentro da

Geografia eleitoral estadunidense, especialmente com a prática conhecida de *gerrymandering*. Foge dos objetivos desse capítulo essa discussão, especialmente porque há uma grande produção sobre esse tema e não possui rebatimento no sistema eleitoral proporcional brasileiro (cf. Cervas; Grofman, 2020).

Isso não quer dizer, entretanto, que não haja uma Geografia da representação política no Brasil que precise ser revelada e analisada. No sentido formal, cada estado brasileiro tem direito de eleger uma quantidade específica de representantes segundo a sua respectiva quantidade de população, tendo a Constituição fixado o mínimo de oito congressistas para os menos populosos e máximo de 70 para o mais populoso (São Paulo). Assim, apesar de não ter voto distrital tal qual os Estados Unidos, os deputados ainda assim possuem base territorial. Há, portanto, no Brasil, o que a literatura denomina como “sobre-representação e sub-representação” representativa ou, ainda, *malapportionment* (Schin, 2015), isto é, quando há uma discrepância entre o número de eleitores e a quantidade possível de representantes. O trabalho de Castro (2007) na Geografia revela a sobre-representação de estados, especialmente Roraima, e sub-representação do estado de São Paulo. Em outras palavras, há mais representantes por habitantes nesse estado do Norte, com a menor população do país, do que naquele de mais de 40 milhões de pessoas.

Em outra escala, Carvalho (2009) e Rocha (2021) demonstram as oportunidades no campo. A pesquisa deste último corrobora os achados realizados pelo primeiro autor doze anos antes, já que concorda com a sub-representação das regiões metropolitanas no Legislativo estadual, tendo Belo Horizonte (RMBH) como estudo de caso. Para ele, essa pode ser uma razão pela qual há poucas políticas e projetos de caráter metropolitano.

Outro importante campo de pesquisa na Geografia da representação é a clássica discussão sobre conexão eleitoral, desenvolvida em 1974 por Mayhew para analisar a atuação parlamentar nos EUA (Mayhew, 1974). A teoria afirma que o comportamento dos parlamentares possui uma relação direta com o padrão geográfico de votação e com as características da trajetória de cada deputado. Apesar de ter sido pensada para sistemas majoritários, a obra de Ames (2001) demonstra que esse fenômeno também pode ser visto em nosso sistema eleitoral, com a produção de uma *distritalização informal*. Por termos um sistema de lista aberta com intensa fragmentação partidária, haveria incentivo para disputas intrapartidárias. Além disso, como nossos distritos eleitorais são os estados inteiros, com grande área territorial e população, a campanha política se tornaria muito onerosa, o que forçaria os candidatos a concentrarem seus esforços em locais específicos.

Ames (2001) apresentou essa ideia a partir de uma tipologia com quatro padrões espaciais do voto que se tornou a mais debatida e utilizada em pesquisas em Geografia eleitoral no Brasil: concentrada-dominante, concentrada-compartilhada, fragmentada-dominante e fragmentada-compartilhada. Cada tipo estaria relacionado a certas características socioespaciais – áreas urbanas, metropolitanas, rurais, de alta densidade etc. Esse trabalho foi, posteriormente, corroborado e ampliado por Carvalho (2003), cuja obra demonstrou que os deputados, depois de eleitos, tendem a se comportar segundo seu padrão espacial eleitoral. Em resumo, deputados com votação dominante tenderiam, por exemplo, ter uma atuação paroquialista, com ações no

Congresso voltadas para seu distrito informal (política *pork barrel*), enquanto aqueles de votação compartilhada possuiriam perfil mais temático-corporativo.

A Geografia da representação política permite entender nosso sistema eleitoral, suas virtudes e vícios, para, inclusive, propor mudanças, o que foi realizado por Amorim Neto, Cortez e Pessoa (2011). Após apontar as dificuldades produzidas por nosso sistema eleitoral, os autores sugerem manter o sistema proporcional de lista aberta, mas diminuem a magnitude média das circunscrições eleitorais e criam uma regra proporcional de distribuição de cadeiras entre partidos coligados.

Porém, a discussão sobre Geografia e representação política deve ir mais além dos representantes dos espaços políticos exclusivos. Como apresentado na primeira seção desse texto, a democracia representativa precisa ser vista como um sistema imbricado de diferentes modalidades de representação e participação, tornando mais complexo o vínculo entre Estado e sociedade. Desse modo, é necessário entender as distintas espacialidades das representações, inclusive das organizações oriundas da sociedade civil.

Há uma vasta literatura que discute o problema da legitimidade da representação da sociedade, já que é notável “a ausência de controle institucionalizado e a definição de quem são os constituintes” (Almeida, 2014, p.180). Em outras palavras, o que representam esses representantes? Quem são os eleitores e como agregá-los? Por território? Bairros? Municípios? Outro recorte específico? Por categorias profissionais? Por grupos sociais? O que se perde e o que se ganha nesses tipos de representação não-territoriais? Esse debate é denso e perpassa a própria história da filosofia política (Pitkin, 1980) e há um vasto campo para análises da Geografia da representação política. Esse ramo de pesquisa tem a ver com a legitimidade dessa forma de governo, debate sempre importante de ser realizado.

Em Azevedo (2021) analisei os Conselhos Municipais do Rio de Janeiro, denominados por muitos como “instituições participativas” (Avritzer, 2001; Tenório, 2016) que teriam inovado a democracia representativa brasileira. Apesar de não ter sido objetivo daquela pesquisa, foi interessante perceber diferentes tipos de representação que se faziam presentes nos Conselhos. Em alguns, como no Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes, os representantes da sociedade civil eram escolhidos entre as Organizações Não-Governamentais interessadas sobre o tema; já no Conselho de Educação, a maioria dos representantes era oriunda de sindicatos especializados. Essa representação técnica eleita entre um número pequeno de pessoas para gerir recurso público precisa ser vista com cautela, especialmente quando, a rigor, buscou-se uma superação de uma representação territorial para uma temática.

O único Conselho que teve eleição direta de cidadãos comuns foi o Tutelar, com divisão territorial específica (diferente das eleições tradicionais ordinárias) e baixa participação. Em 2012, a porcentagem mais alta de participação popular foi no Conselho Tutelar 1 (que abrangia parte da área central e norte do município), com votos de apenas 1,86% das pessoas aptas a votar, fenômeno que se repetiu em 2016. A criação desses recortes e de novos supostos espaços políticos, os estrangulamentos espaciais no funcionamento dessa representação e a capacidade de comunicação com os representados se colocam como importantes reflexões em

uma Geografia da representação política.

Outro interessante exemplo são as audiências públicas. Seja o Estatuto da Cidade e os planos diretores ou mesmo os roteiros metodológicos e decretos sobre a criação de áreas de preservação ambiental, as audiências públicas são defendidas como panaceia para os problemas sociais, que tornariam todas as políticas públicas mais democráticas. Entretanto, precisam ser analisadas com cuidado, já que, muitas vezes, funcionam como um verniz democrático que não resiste a um exame mais detalhado. Quem participa e de onde? São representantes de organizações da sociedade civil ou participações individualizadas? Quais empecilhos encontrados na participação cidadã? Para que e a quem serve o tipo de participação que se desenvolve nessas audiências?

Nesse sentido que o trabalho de Souza (2004) sobre o Orçamento Participativo pode lançar luz à espacialidade desse e de outros mecanismos que ganharam relevância no debate sobre democracia participativa e deliberativa. Para o autor, há perguntas pouco exploradas sobre “a legitimidade das unidades territoriais nas quais os municípios são divididos para os fins de implementação do processo de participação popular na elaboração do orçamento público” (Souza, 2004, p.99). Perguntas que buscam, por exemplo, descobrir se essa nova divisão territorial teria respeitado a dimensão do espaço vivido dos moradores ou se “foi dada atenção a possíveis experiências anteriores da própria população em matéria de organização sociopolítica, como associação de moradores” (op. cit. p.103). A partir da reflexão sobre a dimensão espacial da representação política de diferentes tipos de Orçamentos Participativos, o autor destacou vários problemas derivados da inconsistência na definição desses novos recortes.

Por fim, outro objeto instigante de estudo sobre participação e representação da sociedade civil são as associações de moradores, que, a rigor, já possuem um recorte espacial definido. Diferentes autores já apontaram a fragilidade desse tipo de associativismo de escala local no Brasil (Avritzer, 1997; Cardoso, 2008), mas ainda assim reforçam sua importância na promoção de capital social (Putnam, 1996; 2000; 2003) e para todo o sistema democrático. Quais diferenças entre bairros que possuem e aqueles que não possuem essa instituição local? De que modo funcionam espacialmente a representação e a participação nessas associações? Quais entraves existentes e como funcionam como canal e órgão de pressão na relação sociedade e Estado?

A representação política, seja na esfera política mais tradicional ou nas organizações da sociedade civil, possui um caráter intrinsecamente espacial. A transformação, portanto, de voto em representante possui meandros geográficos importantes de serem revelados e analisados.

Geografia do voto: efeito composicional e contextual

Um dos grandes interesses das ciências sociais é entender o que motiva alguém sair de casa quando seu voto é diluído em milhões, tendo pouco efeito direto no resultado, e o que faz com que alguém escolha um candidato/partido e não outro. O

debate sobre o papel do espaço geográfico nesse fenômeno ganhou novos contornos na polêmica publicação de King (1996) na *Political Geography*, que gerou diferentes artigos de geógrafos em resposta (cf. Agnew, 1996). King afirmou que, quando retiradas as características sociais (classe, raça, gênero etc.), a Geografia seria apenas um palco, sem fator explicativo. As respostas à polêmica defendiam que o espaço geográfico, ao contrário, condicionaria o comportamento eleitoral. Em outras palavras, para o primeiro grupo, os lugares votam diferente devido ao tipo de pessoa que ali vive (efeito composicional), enquanto, para o segundo, o voto se explica pelo tipo de lugar onde as pessoas se encontram (efeito contextual). O espaço enquanto efeito composicional e enquanto efeito contextual foram colocados, em geral, em oposição.

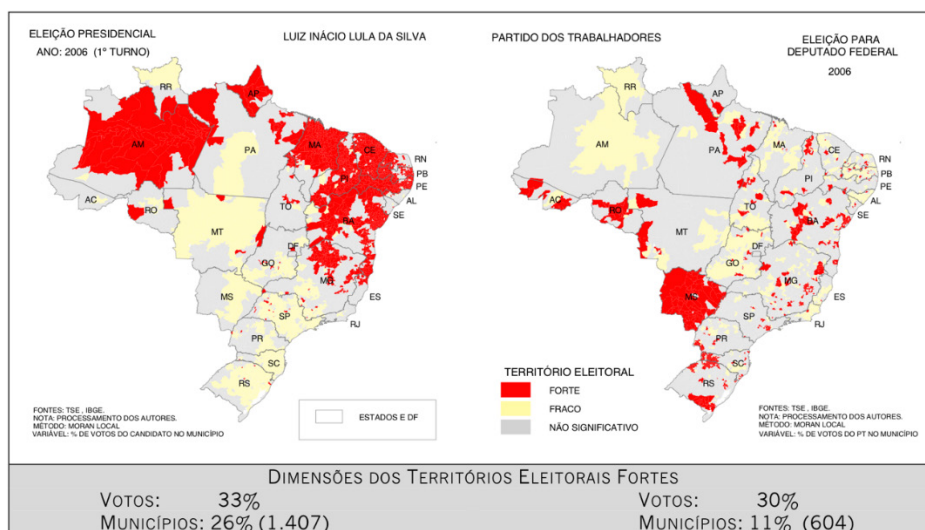
Argumento aqui que é preciso pensar uma Geografia eleitoral para além desse impasse, já que, a depender do interesse do pesquisador, ambas são fundamentais para compreender o fenômeno, seja em buscar correlações a partir de técnicas geoestatísticas e cartográficas seja traçando explicações de possíveis causalidades.

Efeito composicional

Enquanto efeito composicional, reforça-se a importância de técnicas de georreferenciamento e métodos estatísticos destinados à detecção de padrões espaciais, como o difundido índice de Moran global e local. Como consequência, podemos ver um mapa como uma imagem, um quadro geográfico (Gomes, 2020), isto é, um artefato visual que colabora para a construção de um raciocínio geográfico e, consequentemente, funciona como instrumentos tanto de percepção como de compreensão do mundo. Ao observamos os mapas que destacaremos nessa seção, chama atenção ao observador certos padrões espaciais. Geógrafos são treinados para perceber a representação espacial de um fenômeno como um modo de suscitar questões e inferir respostas, por meio de possíveis correlações a partir de clivagens e conhecimentos socioespaciais prévios (Shin, 2019).

É o mapeamento e a correlação estatística espacial que permitiram refletir sobre o divórcio entre os eleitores de Lula/Dilma e os eleitores do PT (Terron; Soares, 2010; Marzagao, 2013). São essas pesquisas que confirmam e analisam o fenômeno do “lulismo” nas eleições brasileiras. A imagem abaixo (Figura 1) revela que os territórios eleitorais do ex-presidente não coincidem com o do partido, algo corroborado também nas eleições de 2014 de Dilma Rousseff, o que fez com que Matos et al. (2015) afirmassem ter sido uma terceira eleição de Lula.

Figura 1 – Divórcio entre eleitores do Lula e do Partido dos Trabalhadores



Fonte: Terron e Soares, 2010.

Os dois cientistas políticos utilizaram, portanto, uma representação espacial (fruto de georreferenciamento e técnicas estatísticas) e uma importante base conceitual da Geografia (território) para revelar um dado pouco conhecido pela população brasileira. Esse trabalho negou, portanto, um padrão espacial consolidado no PT desde a redemocratização, revelando que regiões hoje consideradas pelo senso comum como seu território – como o Nordeste – teve uma mudança espaço-temporal bem definida. Além disso, mapas diversos e regressão estatística comprovaram que essa mudança estaria amplamente vinculada aos municípios que mais receberam repasses do programa Bolsa Família (Terron; Soares, 2010). Avelar e Walter (2008) confirmam que, até 2004, os votos do PT eram concentrados nos municípios com maior IDH, enquanto o antigo PFL nos municípios mais pobres e o PMDB em nível socioeconômico médio. O PT tinha uma alta correlação com as cidades grandes, enquanto os de direita e centro estavam distribuídos de modo mais equilibrado segundo o porte dos municípios.

Vale destacar outro campo de pesquisa que se encontra em aberto no Brasil, mas há interessantes produções estrangeiras: os usos políticos dos mapas eleitorais, inclusive na construção de imaginários e (re)produção de preconceitos geográficos. Uma reportagem da Folha de São Paulo aponta como nordestinos foram alvos, através de imagens de mapas, de preconceito após o primeiro turno das eleições de 2014, inclusive com postagens de políticos eleitos⁴⁰.

A bagagem teórico-conceitual da Geografia pode ajudar a entender como imaginários geográficos são construções históricas que possuem evidente rebatimento nas práticas sociais, até mesmo em políticas públicas (Castro, 1997). Compreender o impacto dessas reproduções cartográficas nas relações sociopolíticas, revelar as incongruências históricas e escalares dos mapas e, até mesmo, questionar o tipo de

40 <https://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2018/10/07/apos-primeiro-turno-nordestinos-sao-alvos-de-preconceito-mais-uma-vez/>. Acessado dia 10 de setembro de 2022.

técnica utilizada podem ser temas importantes para os geógrafos. No Brasil, o único artigo encontrado que coloca em xeque a técnica coroplética para a Geografia eleitoral foi produzido por cientistas políticos e vale nossa atenção (Junckes et al., 2021).

Os autores apontam como áreas de reduzida extensão, mas com alta densidade populacional ou eleitoral, quase desaparecem do mapa. Como no exemplo trazido por eles (Junckes et al., 2021), o mapeamento do voto em escala nacional destaca, aos olhos mais leigos, municípios grandes territorialmente (como Altamira, no estado do Pará), mas pequenos demograficamente, enquanto outros bem menores (como São Paulo) e muito populosos se tornam insignificantes na visualização do fenômeno eleitoral.

Nos Estados Unidos, ganhou notoriedade o artigo de Rutchick, Smyth e Konrath (2009) que criticou o uso constante de mapas eleitorais com cores azul (Democratas) e vermelho (Republicanos) e seu efeito na percepção política de grupos sobre estados americanos, “exacerbando percepções de polarização” (Rutchick; Smyth; Konrath, 2009, p.270). Nos EUA, é comum dizer “Texas é um estado vermelho [Republicano]” ou “Califórnia é um estado azul [Democrata]”, algo reforçado a cada eleição com o mapeamento coroplético em escala estadual (Figura 2). A proposta dos autores era fazer um mapa diferente, em escala de roxo, transformando a assimilação do cidadão sobre a situação eleitoral do país. Essa proposta ganhou enorme repercussão nos EUA, com outras propostas similares até mesmo em páginas virtuais não acadêmicas (Figura 3).

Figura 2: Exemplo de mapa coroplético

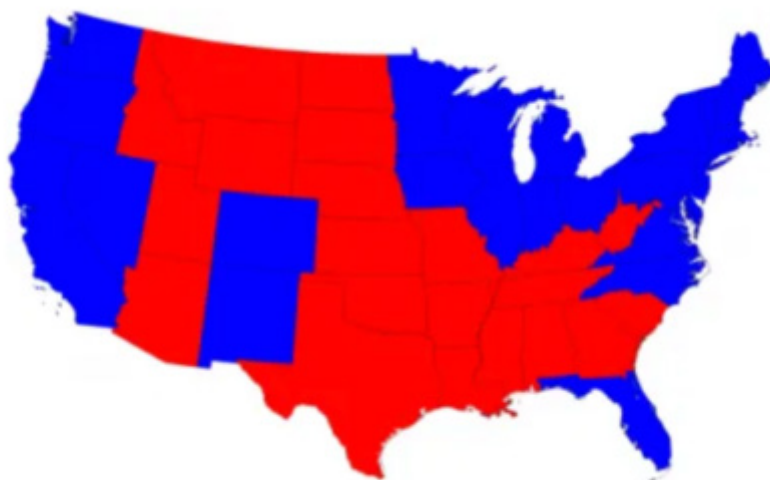
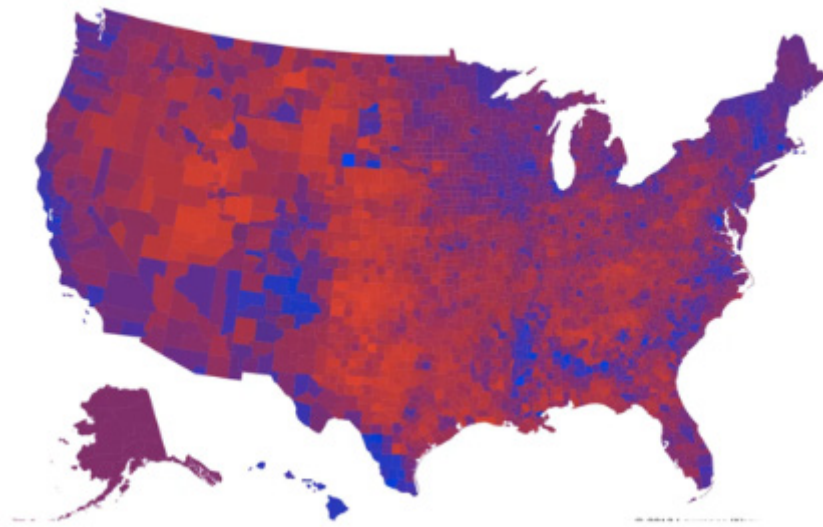


Figura 3: Mapa em escala de roxo



em escala estadual das eleições nos EUA

Fonte: <https://medium.com/matter/the-trouble-with-the-purple-election-map-31e6cb9f1827>

Efeito contextual

Já como efeito contextual, V.O. Key (1949) pode ser entendido como o precursor para esse tipo de análise eleitoral. Sua pesquisa no sul dos EUA demonstrou que os votos recebidos pelos candidatos dependiam de onde moravam, registrando maior apoio em seus locais de origem, o que o autor denominou como *efeito amigos e vizinhos*. Key afirmou que o localismo, isto é, a identificação espacial entre eleitor e candidato, seria um fator importante no voto, sobrepondo-se até mesmo às diferenças ideológicas e partidárias. Mesmo em contextos atuais de alta polarização e nacionalização das eleições, pesquisa recente reforça a importância das raízes locais na escolha do eleitor (Munis, 2021).

Desde o trabalho pioneiro de Key (1949), o papel do localismo no voto vem sendo discutido, para corroborar, divergir ou torná-lo ainda mais complexo. O enfoque posterior esteve e está em demonstrar que essa influência não seria fruto de uma simples identificação geográfica. Outros fatores foram acionados e buscaram explicar o localismo, como as redes de apoio que o candidato recebe em certos locais e não em outros a partir de representantes locais (prefeitos, vereadores, presidentes de as-

sociações de moradores etc.) (Audemard; Gouard, 2020), a seletividade espacial das notícias para as candidaturas (Bowler et al., 1993) e a prevalência de campanha política em *posters* em bairros e janelas das casas e o impacto da paisagem na percepção e no voto (Huckfeldt; Sprague, 1995).

Além disso, a teoria “amigos e vizinhos” foi avaliada em diferentes contextos espaciais. Em Lewis-Back e Rice (1983), revelou-se que o efeito ocorre em estados com menor população. Já Put, Schoultz e Isotalo (2020) apontaram que, na Finlândia, os padrões espaciais de voto de “amigos e vizinhos” tendem a ser maiores em candidatos oriundos de zonas rurais do que nas áreas urbanas. No caso do Reino Unido, Collignon e Sajuria (2018) buscaram os impactos do regionalismo no voto, revelando como há uma forte relação entre regiões com forte identidade regional e o voto amigo e vizinho.

No Brasil, esse efeito é pouco explorado. Em 2014, nas eleições presidenciais disputadas por Dilma e Aécio, a derrota deste último em seu próprio estado natal foi utilizada na campanha de 2º turno, em slogans que diziam “quem conhece Aécio, não vota em Aécio” (Zolnerkevic; Fernandes, 2016). Os autores demonstraram que esse slogan não fazia sentido em análises mais profundas, pois Aécio teria conseguido porcentagem de voto maior do que candidatos anteriores do PSDB em Minas, e concentração de votos na área central, próxima da capital Belo Horizonte. Porém, como o mapa produzido demonstrou, sua derrota esteve concentrada nas regiões mais pobres do estado. A análise dos autores a partir de regressão estatística demonstrou que o efeito amigos e vizinhos para o candidato do PSDB foi anulado nas áreas com maior recebimento de programas sociais como o Bolsa Família, convertendo os votos para a do PT.

Uma importante derivação dessa teoria é aquela debatida por Cox (1969). Marco da Geografia eleitoral na revolução quantitativa, Cox (1969) partiu da teoria da comunicação e de fluxo de informação, concebendo os eleitores como componentes dentro de uma rede por onde passam informações políticas, e desenvolveu o conceito de *efeito vizinhança*. Os eleitores seriam, ao mesmo tempo, nós (recebe, envia e processa informação nas conversas e interações) e *links* (atuando em instituições, como partidos, mídia etc.), conformando a rede. A chance dessas comunicações lograrem depende de vários fatores (*bias*), inclusive da distância de moradia entre os nós, que influenciaria na *difusão espacial* da informação.

O localismo é, portanto, articulado sob o conceito de contexto, que seria responsável pela propagação das informações sobre os candidatos, alterando diariamente o que chega ao eleitor e influenciando a sua opinião e o seu voto. Gimpel et al. (2008) confirmaram que há relação direta entre aumento da distância do local de residência de um candidato e a quantidade de votos que recebia nos Estados Unidos.

Uma interessante pesquisa revelou que ao se mudarem de local de residência, as pessoas, quando podem, tendem a escolher a nova vizinhança levando em consideração a proximidade político-ideológica (Gimpel; Hui, 2015). Em Rohla et al. (2018), a polarização recente na política estadunidense é analisada a partir da polarização geográfica, isto é, bairros se tornaram mais homogêneos em seus adeptos partidários ao longo dos anos, devido a uma fuga de moradores de áreas onde se sentiam minoritários.

Um dos poucos trabalhos no Brasil que avaliam essa teoria é o de Baker, Ames e Rennó (2006) e Zolnerkevic (2019). Um dos achados desses autores é que os respondentes que residem em bairros heterogêneos com relação às opiniões políticas tendem a ser mais voláteis nos seus apoios eleitorais ao longo do tempo do que aqueles de bairros onde há maior homogeneidade. Mais ainda, o estudo mostra que a maioria dos entrevistados tem consciência se a sua opinião política é parecida ou não à majoritária do seu contexto de vizinhança.

Nota-se que a Geografia eleitoral como contexto revela que o voto não é fruto de uma simples decisão racional individual do eleitor, mas é balizada por condições socioespaciais específicas. Além da localização de moradia, da distância e do efeito vizinhança, outras pesquisas apontam também a relação entre tamanho territorial e demográfico com abstencionismo e disputas intra e interpartidárias. Em Azevedo e Meireles (2021), revelou-se que há uma forte correlação entre tamanho do território e a participação eleitoral dos cidadãos na primeira eleição de nível local na Costa Rica em 2016. Em Voda et al. (2017), os autores apontam que na República Tcheca (atual Tchêquia) o tamanho do eleitorado e sua distribuição espacial influenciam de modo inversamente proporcional à participação eleitoral. Essa discussão oxigena reflexões filosóficas históricas sobre relação entre democracia e tamanho, que remonta desde às discussões na Grécia antiga (em Platão), passando pelo Iluminismo (ver Rousseau e Montesquieu) e chegando a autores mais contemporâneos, como Robert Dahl e Edward Tufte (Dahl; Tufte, 1973).

Por fim, um campo fértil para análises eleitorais é focar-se nas estratégias espaciais que candidatos e partidos promovem para vencer eleições⁴¹. Nessa perspectiva, os partidos e os candidatos são atores políticos que buscam maximizar suas votações, inclusive racionalizando o espaço. Silotto (2019) explicou como o voto é delimitado regionalmente entre candidatos para contornar a competição intrapartidária. Segundo o autor, os partidos políticos funcionam como *gatekeepers* (“porteiros”) que selecionam os candidatos a partir, por exemplo, de uma análise regional. Essa regionalização do voto diz respeito, por exemplo, às estratégias de campanhas eleitorais geograficamente delimitadas. É o espaço geográfico sendo racionalizado e utilizado estrategicamente no fenômeno eleitoral.

Considerações Finais

Esse texto buscou trazer para o centro do palco a democracia representativa sob o holofote da Geografia, revelando que há uma interessante perspectiva espacial sobre essa forma de governo que precisa ser explorada pelos geógrafos. Em primeiro momento, reforcei a não dicotomia entre participação/representação e democracia; em seguida, considerei a democracia enquanto um processo de tomada de decisão política e não pelos seus resultados, uma perspectiva funcionalista que não compartilho.

41 O trabalho de Braga (2013) é um interessante exemplo, já que analisa as estratégias eleitorais de candidatos da Igreja Universal do Reino de Deus.

O texto teve como objetivo central revelar dois modos pelos quais a Geografia pode contribuir na discussão sobre a democracia: a existência e a qualidade dos espaços políticos e o campo da Geografia eleitoral. Os espaços políticos exclusivos, limitados e abertos formam, juntos, um sistema político-espacial da democracia, cuja ação política ganha materialidade e reforça a importante relação contínua de comunicabilidade entre sociedade e Estado.

Já na Geografia eleitoral, distinguem-se os estudos sobre a representação política e a Geografia do voto. Para além da fundamental discussão sobre como os parlamentares (em diferentes escalas) são eleitos em cada sistema eleitoral, defendi que as representações oriundas da sociedade civil também podem ser analisadas a partir dessa perspectiva, como os diferentes conselhos e associações. A representação possui um carácter intrinsecamente espacial, seja na formulação dos próprios sistemas eleitorais, seja na atuação de candidatos e eleitos. A transformação, portanto, de um voto em representante possui meandros geográficos importantes de serem revelados e analisados.

O território é o lócus do jogo político-eleitoral, e, no nosso caso, marcado por uma profunda desigualdade e um vasto tamanho de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados. O campo de pesquisa da Geografia do voto no Brasil é amplo e necessário, especialmente porque a cada dois anos passamos por pleitos que param todo o país, cujas interpretações se tornam fundamentais para entender o que passa na cabeça dos eleitores brasileiros. Compreender o sistema eleitoral a partir da Geografia é uma contribuição que o geógrafo pode entregar à sociedade.

É urgente que pensemos o que precisa mudar para melhorar as condições profissionais e fomentar a inserção de geógrafos na Geografia eleitoral que, como apresentei, é marginalizada dentro da disciplina. Apenas a falta de interesse parece um fator pouco explicativo. Sem dúvida, o afastamento dos estudantes em relação às metodologias quantitativas pode ser uma dessas razões, pois correlações, regressões e geoestatísticas são peças-chave nos estudos eleitorais. Além disso, é necessária uma aproximação maior com a ciência política – campo onde há maior interesse e contribuição sobre o tema – para que aprofundamentos teórico-conceituais encorajem pesquisas na área. Análises futuras serão realizadas para compreender melhor esse distanciamento.

Referências

ABOELEZZ, M. The geosemiotics of Tahrir Square: a study of the relationship between discourse and space. **Journal of Language and Politics**, v.13, n.3, p.599-622, 2014.

AGNEW, J. Mapping politics: How context counts in electoral geography. **Political Geography**, 15, 2, p.129–146, 1996.

ALMEIDA, M. H. T. (orgs). **Sociedade política no Brasil pós-61**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ALMEIDA, D. R. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Revista de Sociologia Política**, v.22, n.50, p.175-199, 2014.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AMORIM NETO, O.; CORTEZ, B. Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política instrumental. **Opinião Pública**, v.17, n.1, p.45-75, 2011.

ARENDT, H. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ARRETICHE, M (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

AUDEMARD, J.; GOUARD, D. Friends, neighbors, and sponsors in the 2016 French primary election. Revisiting a classical hypothesis from aggregated-level data. **Political Geography**, 83, p.1-15, 2020.

AVELAR, L.; WALTER, I. M. T. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Opinião Pública**, v.14, n.1, p.96-122, 2008.

AVRITZER, L. O Novo associativismo. **Lua Nova**, n.39, p.149-174, 1997.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. S (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**, 2001, p.563-595.

AZEVEDO, D. A. Evaluation of the democratic system from the qualification of political spaces: the case of Cuauhtémoc (Mexico). **L'Espace Politique** 39, n.3, p.1-25, 2019.

AZEVEDO, D. A. Escala e escala política: como a Geografia pode apontar a fragilidade na teoria da democracia participativa. **Revista Espaço e Geografia (UnB)**, v. 23, p. 149-184, 2020.

AZEVEDO, D. A. **O sofisma da democracia participativa: uma interpretação geográfica da participação política**. Rio de Janeiro: Editora Ape'Ku, 2021.

AZEVEDO, D. A. A necessidade da geografia eleitoral: as possibilidades do campo. **Geosp, espaço e tempo**. V.27, n.2, 2023.

AZEVEDO, D. A. LIÑARES, D. E. H. Geografía de la democracia: espacio político abierto en conflicto en la elección presidencial de 2018 en México. **GEOgraphia** 22, no.49, p.1-16, 2020.

AZEVEDO, D. A.; VAN DEN BRULE, D. M. (2021) Ciberespaço é a nova panaceia da democracia? **Mercator**, Fortaleza, v.20, p.1-16, 2021.

AZEVEDO, D. A.; MEIRELES, B. L. Territorial and Electorate Size Influence: Participation/Competitiveness in Costa Rica's 2016 Local Scale Elections. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 30, n. 1, p. 25–44, 2021.

AZEVEDO, D. A.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. **Os desafios e novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2022.

BAKER, A.; AMES, B.; RENNO, L. Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 382–399, 2006.

BARNETT, C. Deslocando as geografias da justiça. In: AZEVEDO, D. A.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. **Os desafios e novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2022, p.157-172.

BARNETT, C.; LOW, M. **Electoral Geography in Electoral Studies: Putting Voters in their Place**. London: SAGE Publications Ltd, 2004.

BOWLER, S.; DONOVAN, T.; SNIPP, J. Local sources of information and voter choice in state elections: Microlevel foundations of the " friends and neighbors " effect. **American Politics Quarterly**, 21(4), p.473-489, 1993.

BRAGA, D. F. Geografia eleitoral e as estratégias territoriais da Igreja Universal do Reino de Deus. In: Castro, I. E.; Rodrigues, J. N.; Ribeiro, R. W. **Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p.147-182.

BRENNETOT, A. Por uma geografia política construtivista. In: AZEVEDO, D. A.; CASTRO, I. E.; RIBEIRO, R. W. **Os desafios e novos debates na Geografia Política Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Terra Escrita, 2022, p.197-205.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARDOSO, R. **Movimentos sociais urbanos: balanço crítico**. In SORJ, B., and

CARVALHO, N. R. **E no início eram as bases**. São Paulo: Editora Ravan, 2003.

CARVALHO, N. R. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. **Cadernos Metrôpoles**, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.

CARVALHO, D.; SANTOS, G. F. Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006. **Revista de Sociologia e Política**, v.23, n.54, p.109–135, 2015.

CASTORIADIS, C. **Figuras do Pensável: as encruzilhadas do Labirinto VI**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

CASTRO, I. E. Imaginário político e território. In: Castro, I. E.; Gomes, P.C.C; Corrêa, R.L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.155-196.

CASTRO, I. E. Instituições e territórios. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania no Brasil. **GEOSUL**, v. 19, p. 16-32, 2003

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, I. E. Décentralisation, démocratie et représentation législative locale au Brésil. **L'Espace Politique**, v. 3, p. 60-73, 2007.

CASTRO, I. E. Espaço político. **Geographia**, v. 20, p. 120-126, 2018.

CASTRO, I. E. A Democracia como um problema para a geografia: o fundamento territorial da política". In: Castro, I. E.; Rodrigues, J. N.; Ribeiro, R. W. (org) **Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p.23-55.

CERVAS, J.; GROFMAN, B. Tools for identifying partisan gerrymandering with an application to congressional districting in Pennsylvania. **Political Geography**, Article in Press, 2020.

COLLIGNON, S.; SAJURIA, J. Local means local, does it? Regional identification and preferences for local candidates. **Electoral Studies**, 56, p.170-178, 2018.

COX, K. The voting decision in a spatial context. **Progress in Geography**, v.1, p. 83-117, 1969.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

DAHL, R. TUFTE, E. **Size and democracy**. Stanford University Press, 1973.

DALTON, R. J. **The participation gap: social status and political inequality**. Oxford Editor, 2017.

D'ALIMONTE, R. Espaço político. In: BOBBIO, N. MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasileira, 2010, p.392- 394.

DUNCAN, C.J. Ethnicity, election and emergency – The 1987 Fiji generalelection in the context of contemporary political-geography. **Political Geography Quarterly**, v.10, p.221–39, 1991.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo, Vestígio, 2020.

ETHINGTON, Philip J.; MCDANIEL, Jason A. Political places and institutional spaces: the intersection of Political Spaces and Political Geography. **Annual Revision of Political Science**, n.10, p.127-142, 2007.

FLINT, C. A TimeSpace for electoral geography: Economic restructuring, political agency and the rise of the Nazi party. **Political Geography**, v.20, p.301– 329, 2001.

FLINT, C.; TAYLOR, P. **Political geography: world-economy, nation-state and locality**. Routledge: London, 1980.

FOREST, B. Electoral geography: From mapping votes to representing power. **Geography compass**, v.12, n.1, 2018.

GERBAUDO, P. **Tweets and the streets: social media and contemporary activism**. Plutopress, 2012.

GIMPEL, J.; HUI, I. Seeking politically compatible neighbors? The role of neighborhood partisan composition in residential sorting. **Political Geography**, v.48, p.130-142, 2015.

GIMPEL, J.; KARNES, K.; MCTAGUE, J.; PEARSON-MERKOWITZ, S. Distance-decay in the political geography of friends-and-neighbors voting. **Political Geography**, v.27, n.2, p.231-252, 2008.

GOMES, P. C. C. **Quadros geográficos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

HALL, J. (org.). **Os Estados na história**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

HAMILTON, A.; MADISON, J.; JAY, J.; **O federalista**. Belo Horizonte: Ed. Líder, 2003.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

HUCKFELDT, R.; SPRAGUE, J. Networks in context: The social flow of political information. **American Political Science Review**, v.81, n.4, p.1197–1216, 1987.

JONES, S. B. A unified field theory of political geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.44, n.2, p.111-123, 1954.

JUNCKES, I. J., JÚNIOR, W. S., SILVA, J. M., & SILVA, E. A. Representação espacial de dados eleitorais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.29, p.2–22, 2021.

KEY, V. **Southern politics in state and nation**. New York: Alfred A. Knopf, 1949.

KING, G. Why context should not count. **Political Geography**, v.15, n.2, p. 159-164, 1996.

LAVALLE, A. G.; BARONE, L. S. Conselhos, associações e desigualdade. In: ARRETCHE, M (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015, p.51-78.

LEE, N. K. How is political public space made? the birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. **Political Geography**, v.28, n.1, p.32-43, 2009.

LEWIS-BACK, M. S.; RICE, T. W. Localism in presidential elections: the home state advantage. **American Journal of Political Science**, v.27, n.3, 1983.

LENIN, V. I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015 [1901].

LOMBARDI, A. P (Orgs.). **Geografia: políticas e democracia**. Ponta Grossa: Atenas Editora, 2019.

MACHADO FILHO, G. F. A cidade e seus espaços de contestação. **Revista Espaço e Geografia**, v.23, no.2, p.180-196, 2020.

MATOS, A.; MARCELO, M.; ALVES, E.; FERNANDO, S.; DIAS, M. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. **Opinião Pública**, p.535-573, 2015.

- MAYHEW, D. **Congress: the electoral connection**. Yale University Press, 1974.
- MARZAGAO, T. A dimensão geográfica das eleições brasileiras. **Opinião Pública**, v.19, n.2, p.270-290, 2013.
- MILL, J. S. **Sobre a liberdade**. São Paulo: Clássicos do Pensamento Político, 1947.
- MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **Desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Edusp, 2013.
- MUIR, R. **Modern political geography**. London: Macmillan, 1975.
- MUNIS, K. B. Place, candidate roots, and voter preferences in an age of partisan polarization: Observational and experimental evidence. **Political Geography**, 85, p.1-12, 2021.
- NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. São Paulo: FGV Editora, 2004.
- NICOLAU, J. **Representantes de quem?** São Paulo: FGV Editora, 2017.
- O'LOUGHLIN, J. et al. The Diffusion of Democracy, 1946-1994. **Annals of the Association of American Geographers**, 88 (4), p. 545-574, 1998.
- PARKINSON, J. R. **Democracy and Public Space**. Oxford University Press, 2012.
- PATTIE, C.; JOHNSTON. Still talking, but is anybody listening? The changing face of constituency campaigning in Britain, 1997–2005. **Party Politics**, v.15, p.411–34, 2009.
- PATTISON, W. D. The four traditions of Geography. MOSELEY, W. G.; LANEGRAN, D. A.; PANDIT, K. (Orgs). **The introductory reader in Human Geography: contemporary debates and classic writings**. Blackwell Publishing, 2008, p.16-21.
- PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PITKIN, H. **The concept of representation**. University of California Press, 1980.
- PRESCOTT, J. R. V. **Political geography**. London: Methuen. 1972.
- PUT, G.; SCHOULTZ, A.; ISOTALO, V. Fighting over friends and neighbors: the effect of inter-candidate geographic distance on intra-party competition. **Political Geography**, v.81, p.1-12, 2020.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2000.
- PUTNAM, R. D. **Better together: restoring the American community**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2003.
- RANCIÈRE, J. **O Ódio à Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RASMUSSEN, C.E. We're no metrosexuals: Identity, place and sexuality in the struggle over gay marriage. **Social & Cultural Geography**, n.7, p.807–25, 2006.

ROCHA, C. “Conexão Eleitoral”, geografia do voto e produção legislativa: um estudo de caso. **Cadernos Metr6poles**, n.23, v.51, 2021, p.581-604.

ROHLA, R.; JOHNSTON, R.; JONES, K.; MANLEY, D. Spatial scale and the geographical polarization of the American electorate. **Political Geography**, 65, p.117-122, 2018.

ROSANVALON, P. **Democracy: past and future**. New York: Columbia Press, 2006.

RUTCHICK, A. M.; SMYTH, J. M.; KONRATH, S. Seeing red (and blue): effects of electoral college depictions on political group perception. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v.9, n.1, p.269-282, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: t6cnica e tempo, raz6o e emo6o**. S6o Paulo: Hucitec, 1997.

SIEGFRIED, A. **Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisieme Republique**. Universite de Bruxelles, 2010 [1913].

SHIRKY, C. **Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations**. New York: Penguin Press, 2008.

SHIRKY, C. **The Political Power of Social Media**. Foreign Affairs, January/February, 2011.

SHIN, M. Electoral geography in the twenty-first century. In: AGNEW, J.; MAMADOUH, V.; SECOR, A.; SHARP, J. (eds). **The wiley Blackwell companion to Political Geography**, 2015, p.362-379.

SHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura, 1980.

SINGER, A.; ARAÚJO, C.; BELINELLI, L. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

SILOTTO, G. A relevância regional nas estratégias partidárias: evidências das listas de candidatos de S6o Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v.27. v.69, p.1-17, 2019.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In: **Bringing the State back in**. EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (Editors) Cambridge University Press 1985, p. 2-37.

SOUZA, M. L. Espaços da participação popular: algumas observações acerca da territorialidade do orçamento participativo em cidades brasileiras. **Revista Cidades**, v.1, n.1, 2004, p.97-116.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metr6poles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: conceito. In: TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T.

S (orgs). **Gestão social e conselhos gestores**. Volumes 3. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p.13-34.

TERRON, L.; SOARES, A. D. G. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião**, v. 16, n.2, p.15-45, 2010.

TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: leis e costumes**. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [1835].

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, São Paulo, 67: 191-228, 2006.

VIDAL, D. M.; SOUZA, D. S. Mulheres no espaço político. Afinidades e discrepâncias em postagens no Twitter. **Inmediac. Comun**, Montevideo, v. 17, n. 2, p. 4-34, 2022.

VODA, P.; PETRA S.; ANDREA S.; STANISLAV B. Local and More Local: Impact of Size and Organization Type of Settlements Units on Candidacy. **Political Geography**, v.59, p.24-35, 2017.

WARF, B.; LEIB, J. **Revitalizing electoral geography**. Ashgate, British Library Cataloguing in Publication Data, 2011.

WOOLSTENCROFT, R. P. Electoral Geography: Retrospect and Prospect. **International Political Science Review**, v. 1, n. 4, p. 540-560, 1980.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67, p.139-190, 2006.

ZOLNERKEVIC, A. Contexto social de vizinhança: percepções políticas na cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 29, p. 189–222, 2019.

ZOLNERKEVIC, A.; RAFFO, J. G. Geografia eleitoral: representação espacial da volatilidade do voto. **Geosp**, v.17, n.1, p.221-228, 2013.

ZOLNERKEVIC, A.; FERNANDES, H. C. Efeito contextual de “amigos e vizinhos” nas eleições presidenciais brasileiras: o caso da votação do candidato Aécio Neves no estado de Minas Gerais. **Em Tese**, v. 13, p. 83, 2016.

SOBRE OS AUTORES

André Roberto Martin

Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1993). Livre docente em Geografia Política (professor associado) da Universidade de São Paulo, desde 2007. Professor Titular de Geografia do mesmo Departamento desde 2017. Tem experiência nas áreas de Geografia Urbana, Regional e Política com ênfase em Geopolítica. Tem livros e textos publicados sobre Geografia Política, geopolítica e Geografia Regional, enfocando os temas do regionalismo, do federalismo, das fronteiras e da geo-política global.

Antonio Angelo Martins da Fonseca

Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA), doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-doutor em Geografia pela Texas A & M University/Estados Unidos e pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA.

Bruna Brito Bastos

Mestra em Estudos de Fronteira, pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Graduada em Relações Internacionais pela UNIFAP. Pesquisadora com ênfase em Ciência Política, Geopolítica e Meio Ambiente. Participa do Grupo Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES - UNIFAP) que conta com colaboradores do Brasil e da França, buscando avaliar a relação entre a implementação de políticas territoriais com formas de se promover o desenvolvimento econômico e social, com especial atenção para a Região das Guianas.

Christian Fernando Scaramella

É geógrafo e professor na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Facultad Latinoamericana de Ciencia Sociales (FLACSO – Argentina). Seu campo de pesquisa está centrada na Geografia Política e electoral, nas ferramentas quantitativas e na geo-computação. Além disso, trabalha como consultor no campo da opinião pública e do comportamento eleitoral.

Daniel A. de Azevedo

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília. Trabalha com a relação espaço político e democracia, e especial interesse em Geografia Eleitoral. Graduado, mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizou estágio em doutoramento em Washington D.C. (American University - Centro de Estudos sobre América Latina) e na Cidade do México (UNAM - Departamento de Geografia). Concluiu pós-doutorado na Universidad Nacional Autónoma de México. É fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Democracia (Gepedem) e editor da Revista Espaço e Geografia (UnB).

Dirceu Cadena

Possui graduação em Geografia pela UFPE (2009). Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2012) e Doutor em Geografia pela UFRJ (2017), onde também realizou pós-doutorado no período de 2018-2020. Foi bolsista de Doutorado-Sanduiche na École des hautes études en sciences sociales (2015-2016). Atua como Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). É vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL), atuando na linha de pesquisa de Política da Paisagem e Política do Patrimônio Cultural.

Iná Elias de Castro

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordena o GEOPPOL - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território. Tem experiência na área de Geografia Política, desenvolveu estudos sobre o discurso político e o regionalismo na Região Nordeste. Atualmente pesquisa as relações entre o sistema político-institucional e o território, com foco nas escalas políticas e na democracia como problema conceitual e espacial. Nesta perspectiva emergiram as questões relativas ao espaço político e as diferentes formas que ele assume na

relação entre a política e a ordem espacial, o que tem estimulado aprofundamento teórico conceitual e também empírico sobre esses espaços políticos.

Izan Reis de Araújo

Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2017). Professor de Geografia. Atualmente é Co-Founder e CEO do International Institute for Geopolitics & Strategic Intelligence (IIGSI, USA). É Chairman do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI) criado em 2004. Editor Adjunto da Revista *Intellector*. É membro do Laboratório de Geografia Política- GEO-PO/USP. Tem experiência na área de Geografia Humana e Relações Internacionais com ênfase em geopolítica. Seus temas de interesse são: Ciber Security, Climate Change, Supply Chain, Análise dos Sistemas-Mundo, Defesa Nacional e inteligência Geoespacial. As suas pesquisas estão voltadas nas seguintes regiões: Movimentos Antissistêmicos na América Latina, África e Eurasia.

Frédéric Monié

Geógrafo formado pela Universidade de Toulouse II (França) e Doutor em Geografia pela Universidade de Paris III Sorbonne Nouvelle (França). Atualmente professor do departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor visitante da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM-Moçambique). Coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e editor chefe do Boletim GeoÁfrica.

Guilherme Félix Machado Filho

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com experiência em pesquisa desde o Ensino Médio (CAp-UERJ/ICJr), bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), complementação pedagógica pela Universidade Candido Mendes (UCAM) e integrante do grupo de pesquisas GEOPPOL (Grupo de Pesquisa sobre Política e Território), que atua na área relacionada à Geografia Política e ciência política, principalmente sobre temas relacionados à manifestações, movimentos sociais, relação sociedade e Estado e espaço político.

Gustavo Westmann

Graduado em direito e em relações internacionais, é mestre por Berkeley e doutor em política externa pela Jindal Global University, Índia. É autor do livro “Novos Olhares sobre a política Externa Brasileira”, e diretor dos documentários “Brasil, País do Presente” e “Via Sacra da Rocinha: Arte e Resistência na Favela”. Já foi Chefe dos Setores Econômico e Comercial das Embaixadas do Brasil na Itália, na Indonésia e na Índia. Atualmente ocupa a posição de Assessor Internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Gutemberg de Vilhena Silva

Atual Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP). Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia. Realizou dois estágios de pós-doutorado: o primeiro pela Universidade de São Paulo (USP) com bolsa Capes-Pró/Defesa, em 2015, e o seguinte pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, com Bolsa CNPq/Ciência Sem Fronteiras, em 2016. Pesquisador visitante na Brock University, Canadá (2019). Experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regional, trabalhando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Relações internacionais e Transfronteiriças dos países que compõem as Guianas. Criou e coordena o grupo de pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento (POTEDDES). Coordenador do Mestrado em Estudos de Fronteira (PPGEF) entre 2017 e 2019.

Hervé Théry

Possui graduação em História (1972) e em Geografia (1973) pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), mestrado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1973), doutorado em Geografia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) (1976) e Habilitation à diriger des recherches (Livre docência), pela Université Paris X Nanterre (1994). Atualmente é pesquisador emérito do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), professor da USP (Programa de pós-graduação em Geografia Humana, PPGH). Coordenador editorial da revista Confins Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia do Brasil, Geografia Política, cartografia temática, modelização gráfica.

John Agnew

Professor da Universidade da Califórnia (UCLA). Graduado em Geografia e Política pela Universidade de Exeter (1970). Mestrado (1973) e doutor (1976) pela Ohio State University. Ganhador em 2019 do Prêmio Vautrin Lud, considerado o Nobel da Geografia. Suas principais obras são *Place and Politics* (1987), *The United States in the World Economy* (1987), *Geopolitics* (1998), *Making Political Geography* (2002), *Place and Politics in Modern Italy* (2002), *Hegemony* (2005), *Berlusconi's Italy* (2008, com Michael Shin), *Globalization and Sovereignty* (2009) e várias outras obras de grande divulgação.

José Donizete Cazzolato

Com vasta experiência em Cartografia e Geoprocessamento, tem particular interesse pelas estruturas territoriais (divisão político-administrativa), toponímia e identidade geográfica. Atuou decisivamente na divisão distrital do município de São Paulo (lei 11220/92), e apresentou, na dissertação de mestrado, metodologia para divisão dos grandes municípios em bairros (instância territorial local). Nos anos seguintes, propôs um novo arranjo para a divisão macrorregional do Brasil (descaracterizada com a criação de Tocantins), e analisou a pertinência da regionalização do SUS. Em 2011 publicou “Novos Estados e a divisão territorial do Brasil - uma visão geográfica”, propondo um patamar técnico para o adequado enfrentamento das demandas emancipacionistas de nível estadual.

José Guambe

Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Pedagógica – Moçambique (2018). É atualmente professor da Universidade Pedagógica de Maputo. Membro da equipe de coordenação do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana – GeoÁfrica e do comitê editorial do Boletim GeoÁfrica.

Juliana Nunes Rodrigues

É professora e pesquisadora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2) e Jovem Cientista do Estado do Rio de Janeiro (JCNE - FAPERJ). Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Geografia Política pela Université Jean Moulin Lyon 3, França, tendo realizado estágio em pesquisa no Instituto de

Sciences-Po, Paris. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Pactos Político-Territoriais e Desenvolvimento (NUPACT-UFF), junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Desde 2012, é editora da Revista GEOgraphia, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF.

Kevin Cox

Bacharel em Geografia pela Universidade de Cambridge (1961), mestrado (1963) e doutorado (1966) na Universidade de Illinois. Professor Emérito na Ohio State University. Geógrafo político com fortes interesses nas políticas de desenvolvimento local e regional, na cidade, na história do pensamento geográfico e na África do Sul. Estou particularmente interessado em abordar estes tópicos usando uma estrutura de compreensão marxista.

Leonardo F. Mattos

É Capitão de Mar e Guerra da Reserva da Marinha brasileira, com Mestrado em Ciências Navais pela Escola de Guerra Naval e Mestrado em Estudos Estratégicos pela UFF, e professor de geopolítica e coordenador do núcleo de avaliação da conjuntura da Escola de Guerra Naval. É o Editor Responsável pelo Boletim Geocorrente e Coordenador do Curso de Estratégia Marítima da FEMAR.

Luís Paulo Batista da Silva

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017), com estágio sanduíche na University of East Anglia, Reino Unido. Atualmente é professor do departamento de Geografia e do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Concluiu estágio de pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). Membro das redes de pesquisa Waterlat/Gobacit, Rede de Pesquisa em Geografia (Socio)Ambiental - RP-G(S)A e Geografia das Águas no Brasil.

Marcelo Alonso Morais

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II e da Escola Alemã Corcovado. Pesquisa sobre as espacialidades das práticas religiosas, especialmente as umbandistas, a construção de espaço políticos por grupos religiosos e mediação didática inclusiva no Ensino de Geografia.

Michel Foucher

Geógrafo, geopolítico e Diplomata francês. Diretor do IHEDN (Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional) desde 2009. Fundou o Observatório europeu de Geopolítica em Lyon, onde foi diretor até 1998. Colaborou com vários números da Revista *Herodote*, dirigida por Yves Lacoste. Foi Embaixador da França na Letônia (2002-2006). Autor de diversos livros dentre os quais o livro “Obsessão por fronteiras”, publicado no Brasil pela Radical Livros em 2009.

Nora Mareï

Geógrafa, doutora pela Universidade de Nantes. Sua investigação centra-se nas relações entre a circulação de mercadorias e pessoas, infraestruturas de transportes e desenvolvimento territorial nas cidades europeias, mediterrânicas e ocidentais. Em uma abordagem geoeconômica, privilegia reflexões na escala macrorregional, cruzadas com áreas locais e metropolitanas, para apreender as dinâmicas contemporâneas de construção de territórios na globalização e também para analisar as convergências/divergências dos processos que marcam os territórios do Norte e do Sul.

Pablo Ibañez

Doutor em Geografia Humana, com foco em Geopolítica, pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador junto à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na avaliação das políticas industriais e de inovação. Esteve como pesquisador visitante na Universidade FUDAN, Xangai, responsável pela análise do papel da inovação tecnológica na expansão da *Belt and Road Initiative*. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde coordena o núcleo de Estado, Políticas Públicas e Instituições do Centro de Estudos Avançados.

Paulo E. A. S. Câmara

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Brasília (1999), mestrado em Botânica pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Ciências pela University of Missouri-Saint Louis (2005) e doutorado em “Plant Systematics and Evolution” pela University of Missouri-Saint Louis e Missouri Botanical Garden (2008). É ainda egresso da turma de 2017 da Escola Superior de Guerra. Atualmente é Professor Associado no departamento de Botânica da Universidade de Brasília. Coordena atualmente projeto de pesquisa no âmbito do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR. É membro do grupo de especialistas em Briofitas da IUCN e do comitê internacional de nomenclatura de Briofitas da IAPT. É ainda professor colaborador da Escola Superior de Defesa em Brasília.

Rafael Winter Ribeiro

É professor de Geografia Política do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena com Iná Elias de Castro o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território (GEOPPOL). Atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ (PPGG/UFRJ) e ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É editor da Revista Espaço Aberto e pesquisador do CNPq e da FAPERJ.

Rejane Rodrigues

É professora na graduação e na pós-graduação do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Cidadania e Política no Ensino de Geografia, NECPEG, e editora da revista eletrônica Educação Geográfica em Foco. É Mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi professora no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, CAP/UERJ, entre 1995 e 2022.

Ricardo Nogueira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas; possui mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1994) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2002).

Realizou estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Brasília - UNB (2023) Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas, - Revista da Pós Graduação em Geografia da FURG; Boletim Gaúcho de Geografia; e Revista Uáquiri (UFAC) . Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política e Regionalização, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, fronteira, redes geograficas, Amazônia e meio ambiente.

Stéphane Granger

Doutor em geografia pela Universidade de Paris 3-Sorbonne Nouvelle, com uma tese sobre as relações entre a Guiana francesa e o Brasil (2012). Mestre em planejamento urbano pela Universidade de Paris 10-Nanterre (1986). Professor de História e Geografia na Seção internacional brasileira do Liceu Melkior-Garré de Caiena e no Instituto de Formação dos Professores da universidade da Guiana Francesa (INSPE). Membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França), assume colaborações periódicas com o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da UNIFAP (Macapá).

Thiago Oliveira Neto

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas UFAM, foi bolsista em projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC, desenvolvendo atividades na área de Geografia Política/Geopolítica rodoviária na Amazônia. Realizou no ano de 2014 mobilidade estudantil na Universidade Federal de Santa Catarina e no ano de 2017 cursou o segundo semestre da pós-graduação na USP. Atualmente é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, membro do Laboratório de Geografia Política GEOPO. Áreas de interesse: Geografia Humana; Geografia Humana da Amazônia; Geografia Política; Geografia regional; geografia, transportes e circulação; geopolítica.

Yann Richard

Professor de Geografia da Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Diretor da l'UFR de Geografia e do l'Institut de Géographie. Diretor-adjunto de l'UMR CNRS e membro do comitê editorial do periódico L'Espace Politique. Coordenador do grupo de trabalho "Integrações regionais no mundo" do laboratório Dynamite. Tem como temas de pesquisa a União Europeia, regionalização e integração regional, geopolítica e regionalização do mundo.

Wanderley Messias da Costa

Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Possui Graduação em Geografia (1976), Mestrado em Geografia Humana (1982) e Doutorado em Geografia Humana (1991) pela Universidade de São Paulo. É Livre-Docente em Geografia Política junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É especialista em Geografia Política, Relações Internacionais, Meio Ambiente e Amazônia. Atualmente é Vice-Presidente da ABED - Associação Brasileira de Estudos de Defesa.